

**O JORNAL “A PACOTILHA” E OS ECOS DA ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA À
INFÂNCIA NO MARANHÃO (1911)**

**THE NEWSPAPER “A PACOTILHA” AND THE ECHOES OF SCIENTIFIC
ASSISTANCE TO CHILDREN IN MARANHÃO (1911)**

Recebido em: 03/10/21

Aceito em: 26/11/2021

Rosyane de Moraes Martins Dutra¹
Hellen Silva Carneiro Ferreira²

Resumo: A pesquisa propõe investigar a participação do Jornal A Pacotilha nos discursos sobre a infância pobre no Maranhão, na primeira república, que ecoava pelo país anseios nacionalistas de proteção e amparo das crianças. A filantropia e os discursos higienistas demarcaram o tempo de inserção de instituições assistenciais nos estados que, pautados na experiência do Rio de Janeiro em 1901, reproduzem discursos, partindo dos ideais propostos pelo Dr. Moncorvo Filho. Partindo da análise documental da coluna Infância Desvalida, semanalmente publicada no jornal, objetiva-se compreender as práticas governamentais e da elite local para consolidarem os anseios republicanos e construírem espaços de governo das pessoas que estavam fora dos padrões nacionalistas. Nos estudos de Gondra e Schueler (2008), Rizzini (1993) e Lima (1951), encontram-se análises sobre as sociedades, o poder, a educação das crianças por meio da institucionalização e a assistência científica, na fala de seus representantes. Com os resultados dessas análises, pretende-se ampliar os estudos sobre políticas assistenciais para as crianças pobres maranhenses, evidenciando a participação dos impressos periódicos na divulgação dos propósitos filantrópicos de higiene e educação infantil durante a Primeira república.

Palavras-chave: Jornal; Infância; Maranhão; República.

Abstract: The research proposes to investigate the participation of the newspaper A Pacotilha in the speeches about poor childhood in Maranhão, in the first republic, which echoed throughout the country nationalist yearnings for the protection and protection of children. Philanthropy and hygienist discourses marked the time of insertion of welfare institutions in the states that, based on the experience of Rio de Janeiro in 1901, reproduce discourses based on the ideals proposed by Dr. Moncorvo Filho. Based on the documentary analysis of the Childhood Desvalida column, published weekly in the newspaper, the objective is to understand the government practices and the local elite to consolidate the republican aspirations and build government spaces for people who were outside nationalist standards. In the studies by Gondra and Schueler (2008), Rizzini (1993) and Lima (1951), there are analyzes about societies, power, children's education through institutionalization and scientific assistance, in the speech of their representatives. With the results of these analyses, it is intended to expand the studies on assistance policies for poor children from Maranhão, showing the participation of periodicals in the dissemination of philanthropic purposes of hygiene and child education during the First Republic.

Keyword: Newspaper; Childhood; Maranhão; Republic.

¹ Doutoranda em Educação — Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora do Curso de Pedagogia – UFMA. Pesquisadora sobre História e Políticas Públicas para a Infância. E-mail: rosyane.dutra@ufma.br.

² Mestranda em Educação — Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da Educação Básica da Rede Particular em São Luís-MA. Pesquisadora sobre História da Educação e da Imprensa. E-mail: hcarneiro@ufpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

Na história da infância no Brasil, a atuação do Estado sobre o controle das crianças foi considerável através das instituições de confinamento e políticas assistenciais, criados principalmente aos deserdados da sorte. Com a presença da iniciativa privada e seus representantes de áreas tais como medicina e jurídica, a existência de manobras dos governos para intervir nessas iniciativas são evidenciadas nas fontes para parcela nos lucros. Sob o discurso de uma nação em desenvolvimento, as políticas públicas se tornavam mecanismos de dominação dos sujeitos e de seus futuros, pela institucionalização.

No Maranhão, desde o Império, essas articulações públicas e institucionais eram propostas como *assistência e proteção da infância pobre*. Acompanhados dos discursos de saúde e proteção social, a fundação e manutenção de espaços para recolhimento, higiene e educação das crianças eram práticas fundamentais para a sociedade que se autoproclamava moderna e civilizada. Fontes como os Jornais favoreceram a aproximação do pesquisador dessas práticas nas falas dos algozes, que viam nas crianças desvalidas motivo para disseminarem as ideias nacionalistas de regeneração e modernização do espaço público e da educação do povo. Essa pesquisa destaca não só o espaço publicitário, mas o espaço físico de um jornal maranhense, que fora cedido a representantes da política e do empresariado maranhense para a construção de uma instituição para a infância pobre na Primeira República, sob influência da experiência carioca.

Assim, esta pesquisa se deteve na investigação de um jornal, fundado no Maranhão, no início da República, denominado *A PACOTILHA* (1880 – 1938)³, que sob os ideais republicanos projetavam um progresso maranhense, noticiando as tendências (científicas) advindas do Sudeste. O Maranhão, como um Estado dominado pela presença de filantropos, médicos e aristocratas, construía uma história a partir dos discursos e práticas implementadas pela elite local representada por intelectuais como o conhecido *Fran Paxeco* (1874 – 1952), embaixador português que morava no Maranhão e que se envolveu com a proposta assistencialista por notoriedade e lucratividade.

O modelo de assistência científica estava pautado na experiência da Capital republicana, Rio de Janeiro, que em 1901 instala o *Instituto de Assistência à Infância* sob a coordenação do

³ Os primeiros jornais da República tiveram na difusão do pensamento nacionalista. O Maranhão é um estado com vasta história guardada uma função importante no acervo jornalístico.

Dr. Artur Moncorvo Filho⁴ e visava atender crianças pobres, gestantes e amas de leite com serviços de saúde e moralização das crianças. O Maranhão, a partir de reuniões realizadas na sede do Jornal A Pacotilha, e da escrita de artigos numa coluna chamada *Infância Desvalida* em meados do ano 1911, publiciza a filantropia e os discursos assistenciais das crianças.

O MARANHÃO E OS ECOS DA ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA: DISCURSOS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A unidade federada maranhense, que só após 3 dias da Proclamação da República se congregou à República do Brasil, encontrava-se “abalada no mais fundo dos seus alicerces”, com o fim da escravização (MEIRELES, 2015, p. 355). O comércio do algodão, arroz e cana-de-açúcar foram impactados com a retirada de trabalhadores escravizados, que sustentava o poderio da aristocracia política desde a invasão dos estrangeiros às terras maranhenses. O panorama econômico de decadência somou-se ao quadro de crise política, entre os Partidos Conservador e o Liberal, agora chamados *Republicano e Federalista*⁵, que não concordavam com a nova forma de governo, mas que deveriam reorganizar o Maranhão, conforme legislação provisória republicana. Entre embates e formação de juntas administrativas para o governo do novo Estado da federação, o Maranhão enfim, respira os anseios de uma república, onde “os homens lutavam apenas pelas posições de mando. E assim seria, via de regra, no futuro.” (MEIRELES, 2015, p. 360).

Nessa conjuntura, entre as primeiras iniciativas sobre a reorganização administrativa e o crescimento industrial estava a chamada *assistência pública*, vista aqui como um conjunto de políticas públicas criadas pelos governos republicanos para a institucionalização da ordem social e da vida dos maranhenses tendo na educação mecanismo viabilizador da ordem urbana. Assim, a fundação de espaços de disciplinamento das condutas e de formação profissionalizante foram iniciativas emergenciais tomadas pelos representantes da política local que influenciavam os governos e emanavam os ecos da modernidade e da civilização vindos da Capital.

A defesa da filantropia como coadjuvante na sistematização das políticas assistências brasileiras influenciara as iniciativas nos estados federados, que com discursos científicos e

⁴ Esse Instituto é o ápice das práticas higienistas para as crianças brasileiras, a partir do ano de 1901. Outras capitais copiam o modelo de assistência científica pretendido por essa instituição.

⁵ Esses partidos de oposição deliberavam as principais políticas de assistência pública no Maranhão. Os conflitos de interesses muitas vezes era a razão para uma desordem na aplicação dos recursos públicos.

higienistas, implantavam práticas conformadoras dos corpos, considerados pelos médicos e filantropos, como incapazes, doentes e incivilizados. Crianças, mulheres, negros, pobres, estavam sempre nas listas dos alienados, enjeitados e indisciplinados para os aclamados *mensageiros do progresso*. Na fala de Olavo Correia Lima (1954), médico maranhense, em artigo da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, percebem-se construções discursivas que acenam para o uso da medicina como dispositivo diferenciador das culturas: “Realmente somos nação jovem, vitalizada por miscigenação imprevista, a adaptar-se em meio desconhecido.” (LIMA, 1951, p. 90).

O Maranhão copiara as tendências políticas e institucionais da Capital para o controle social de modo a garantir a manutenção da ordem e da nacionalização. Medidas presentes nas leis e decretos criados na Primeira república, apontavam, por exemplo, a instrução pública como política importante para o processo de modernização do Estado do Maranhão.

Ficam creadas uma escola para o sexo masculino na villa de Cajapio; outra mixta em S. Bento de Bacurituba, daquelle municipio; outra para o sexo masculino no povoado Axixá, municipio de Icatu: outra mixta em Olinda, no districto do municipio de S. Vicente Ferrer; outra mixta no logar Boqueirao, municipio de Burity; outra mixta no logar Itaipú, municipio do Rosario e outra para o sexo masculino na sede do municipio de Morros.(COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÃO DO CONGRESSO, DECRETOS E DECISÕES DO ESTADO DO MARANHÃO, 1911).

Pelo uso das formas educativas, que estavam representadas em espaços como asilos, internatos, reformatórios, casas, escolas, institutos, recolhimentos, etc, buscava-se controlar a população em crescimento com regras, regulamentos, vigílias e programas educacionais. A infância e a juventude como focos dessas organizações institucionais precisavam estar sob vigilância para que a sociedade mantivesse o equilíbrio de uma nação republicana. Desse modo, ancorado no saber médico-higiênico, “encena-se a produção de uma instituição onde a promiscuidade das idades deveria ser evitada, configurando os contornos do que vai ser afirmado como modelo educativo ideal: as classes de idade, tidas como fundamento para uma homogeneidade pretendida” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 110).

Devido ao surgimento de grandes epidemias, era necessário ter preocupação com a saúde, fundamentada no campo da higiene que buscava melhorar nas condições insalubres de vida da população. As práticas de filantropia constituíram-se um dos campos mais importantes da medicina social, marcando o aparecimento da preocupação sanitária no meio urbano, cuja finalidade era detectar os problemas, elaborar propostas de intervenção. As crianças, principalmente, que nasciam pobres e no contexto de periferia e vulnerabilidade, eram incluídas

em cadastros de programas ditos sociais, mas que visavam a sujeição dos pequenos corpos moribundos a dispositivos de controle governamental (FOUCAULT, 2015).

A iniciativa privada pela associação multiprofissional garantia o surgimento dessas ações assistencialistas, que eram políticas de normatização do biológico, ou seja, a contenção dos desvios físicos e morais, vistos como “naturais” de classe ou “sujeira” estética (RIZZINI, 1993, p. 20). Ações como a criação de maternidades, de institutos de assistência, de jardins de infância, creches, ambulatórios e hospitais infantis foram determinantes para a inserção da sociedade nos discursos higienistas de cuidado e proteção das crianças e suas mães.

A preocupação com a infância nos meios médico e jurídico do início do século (XX) está intimamente relacionada ao projeto de normalização da sociedade, defendido por representantes das elites intelectuais, econômicas e por autoridades do país. O que se pretendia era eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente, nos centros urbanos (RIZZINI, 1993, p. 19).

Nas páginas de jornais, como *A Pacotilha*, encontravam-se artigos de médicos ou sócios das instituições que demarcavam o papel da assistência científica aclamada no Maranhão República. Os comentários nesses veículos de comunicação, assim como os periódicos, eram importantes para a divulgação de resultados e das ações realizadas para a infância desvalida. “A estatística demógrafo-sanitária de S. Luiz, em que se acuzava uma compujente mortalidade, obrigará todas as pessoas bondozas, e até as indiferentes, a colaborar na mais que benemerita e prometedora tentativa. [sic]” (A PACOTILHA, 1911, p. 03). Os jornais como fontes históricas passaram a fornecer valiosos dados historiográficos das sociedades e das políticas, enquanto “fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura” (CAPELATO, 1988, p.20).

Aqui, destacar-se-á o uso do jornal como instrumento para investigação dos discursos e falas dos intelectuais e representantes das políticas de assistência a infância pobre no Maranhão, destacando o ano de 1911 como fundante dessas políticas através do surgimento do *Instituto de Assistência à Infância no Maranhão*. O Internato com sede definitiva em 7 de setembro de 1911, é proposto por médicos, intelectuais e damas da elite, que responsabilizavam a sociedade pela causa da infância desvalida, mas para manutenção da ordem da sociedade ludovicense. O prédio doado pelo presidente Luís Domingues, Governador do Maranhão, sensibilizado pelo discurso de *Floripes de Carvalho*, uma menina que anunciava “o suplício das criancinhas”, inicialmente serviria de escola profissionalizante, conforme Lei nº 585, de 22 de abril de 1911.

LEI N. 585—DE 22 DE ABRIL DE 1911. Auctoriza o Governo a crear na Capital um Internato de Educandos Artífices. O Doutor Luiz Antonio Domingues da Silva, Governador do Estado do Maranhão. Paço saber a todos os seus habitantes que o Congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.- Fica o Governo auctorizado a crear, Vesta Apitai, um Internato de Educandos Artífices, onde serão Recolhidos os menores desvalidos, especialmente do interior e do Estado, que se destinarem ao apprendizado profissional, abrindo, pata isso, os créditos necessários.

Art. 2.º O ensino profissional, bem como o de portuguez primário e de desenho, serão ministrados aos educandos pela Escola de Aprendizizes Artífices mantida pelo Governo Federal. § Único. Quando se tratar de officio não ensinado na escola, poderá o Director do Internato, mediante approvação .Governador confiar o alumnno, que o quiser e puder, a uma officina particular conceituada, onde seja elle ministrado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente e pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Director da Secretaria do Governo a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Estado do Maranhão, em 27 de abril de 1911, 2º Republica.

Luiz A. Domingues da Silva.

Publicada na Secretaria do Governo do Estado do Maranhão, em 27 de abril de 1911
O Directòr, Thomaz da Silva Maya.

Juvilino de Souza Barreto a fez. (COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÃO DO CONGRESSO, DECRETOS E DECISÕES DO ESTADO DO MARANHÃO, 1911).

Porém, logo após, em reunião na sede do Jornal Pacotilha, no dia 10 de agosto, os representantes desse movimento, tornaram-no Instituto de Assistência, com oferta de serviços de saúde e educação (LIMA, 1951, p. 93).

A COLUNA “INFÂNCIA DESVALIDA” E A DIFUSÃO DA FILANTROPIA NO JORNAL A PACOTILHA (1911)

A inauguração em 1901 do Instituto de Assistência à infância do Rio de Janeiro que atendia crianças pobres até a idade dos 14 anos, incluindo mães gestantes e as amas de leite, fomentou a implantação da chamada *Medicina Social*⁶. Essa constituição normativa “propõe medidas específicas de modo a preservar a saúde da população, não só visando ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e a segurança do Estado.” (RIZZINI, 1993, p.23). A criação de Diretorias e Departamentos na Capital Federal, que ordenavam as políticas de saúde pública e instrução no novo regime republicano, institucionalizavam as ideias propagadas pelos filantropos, com discursividades marcadas pelo medo e insegurança do aumento populacional e conseqüentemente, dos desvios morais. Regenerar a infância era emergencial.

⁶ Tendência da Medicina na Primeira República, onde os filantropos propagavam os cuidados com a saúde infantil para conter desvios sociais como a delinquência e a imoralidade, considerados perigosos para a formação de uma nova nação.

A higiene é a base fundamental da vida. A ciência médica hodierna, nos seus ensinamentos múltiplos, vivendo de par com a higiene, tem assentado suas bases sobre as profilaxias defensiva e repulsiva, dela não podendo prescindir, nem viver por que sua queda inevitável [sic] (A PACOTILHA, 1911).

Em reunião no dia 10 de agosto de 1911, na sede do Jornal A Pacotilha, eram acordados o funcionamento do instituto sob a direção do Dr. Cesário Arruda, criador da instituição para a infância desvalida maranhense. Com ele, algumas damas da sociedade, médicos e políticos locais, que em 20 de agosto de 1911, tiveram lugar de fala no Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene, para fundação do Instituto. A diretoria foi entregue ao Cal. Frederico Filgueiras, tendo instalado as ações no dia 7 de setembro, do mesmo ano (LIMA, 1951). Logo após, Cesário Arruda cria a *Associação das Damas de Assistência à Infância* para “auxiliar a diretoria do instituto, na humanitária tarefa de proteção às crianças pobres” (LIMA, 1951, p. 106). O que é nítido nas sociedades que utilizam esses dispositivos de controle social é a disputa entre as famílias dos aristocratas da região em assumirem cargos e postos que lhes dessem status, e que lhes garantissem um lugar de destaque.

Além das senhoras da elite, alguns homens prestigiados socialmente por sua atuação política no Estado estiveram à frente do Instituto, como o cônsul Fran Paxeco, um intelectual que assumiu por anos a divulgação dos princípios da filantropia e dos serviços do Instituto no Jornal A Pacotilha, escrevendo uma coluna semanal sobre as crianças pobres atendidas nesse espaço. Enquanto presidente do conselho administrativo, Fran Paxeco redigia relatórios para os sócios do Instituto, doadores de grandes quantias de dinheiro para o funcionamento da instituição. “Sem ele, ser-nos-ia bem difícil prosseguir a marcha, não obstante, o poderoso amparo dos governos federal, estadual e municipal, cujos subsídios muitíssimo tem concorrido, também, para valer a indescritíveis misérias, enxugando inúmeras lágrimas [sic].” (RELATÓRIO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO MARANHÃO, 1911, p. 01).

O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, que incluía, conforme registros dos relatórios, o cuidado e proteção da Infância pobre, com oferta dos serviços, alguns voluntários, de médicos, dentistas, enfermeiros e educadores, estabelecia objetivos para seu funcionamento:

- a) Dar consultas e fornecer gratuitamente, de acordo com as suas condições financeiras, medicamentos e até mesmo roupas à infância desamparada;
- b) Difundir noções, preceitos e instruções e higiene, indispensáveis à criação e educação das crianças pobres;

- c) Fazer, sobretudo, chegarem ao conhecimento das mães às medidas higiênicas que devem ser rigorosamente observadas no regime alimentar infantil;
- d) Premiar as crianças pobres que apresentarem maior grau de robustez física;
- e) Vacinar e revacinar todas as crianças e mães que gozarem de seus benefícios;
- f) Livrar, na medida de suas forças, da mendicidade, dos vícios e do crime, a infância abandonada;
- g) Auxiliar a inspeção médica das escolas públicas e particulares;
- h) Trabalhar para que sejam criadas, nas escolas e nos estabelecimentos públicos de assistência a infância, classes especiais destinadas a melhorar as condições mentais dos retardados de espírito;
- i) Animar e auxiliar a fundação de instituições congêneres, dentro e fora do Estado; j) Criar e manter, no futuro, outros serviços clínicos (gota de leite creche, jardim de infância, etc.);
- l) Trabalhar finalmente em prol de todas as ideias oficiais e particulares que tenham por fim o bem estar da humanidade. (RELATÓRIO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA, 1911).

O jornal Pacotilha fundado em 30 de dezembro de 1880, em circulação até o ano de 1939, foi um impresso crítico da política e dos políticos maranhenses, assim como dos costumes locais e da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época (JORGE, 2008). Em meados de 1892, o jornal foi vendido para José Barreto Costa Rodrigues, integrado ao grupo político do Coronel Mariano Lisboa, adversários de Benedito Leite. Devido ao conflito entre os grupos políticos, Benedito Leite, fundou o jornal Federalista, fazendo menção ao partido político ao qual era filiado, funcionando até o ano de 1908, com a morte de seu fundador (JORGE, 2008).

A Pacotilha, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida e variada, [...] contendo um pouco de cada coisa para distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade, [...]. A Pacotilha não tem redação, motivo de sobra para abri-se à colaboração de todos (A PACOTILHA apud JORGE, 2008, p. 330).

Jorge (2008) nos auxilia quando em suas pesquisas relata que o periódico em 30 de dezembro de 1880, data de sua fundação, adotou um conteúdo de jornal que apenas na década de 1930, seria classificado como jornalístico. Não ter programa, nem opinião, seria colocar-se na direção oposta do jornalismo realizado no Maranhão e no país. Moderno, aceitava a participação popular, como nas cartas de leitores e matéria de opinião. Na coluna “Jornais” apresentava a opinião sobre outros jornais e de si mesmo, em um verdadeiro trabalho de *Ombudman*⁷, sendo a função do jornalista crítico ao próprio jornal em que exerce suas funções:

⁷ Pessoa encarregada pelo Estado de defender os direitos dos cidadãos, recebendo e investigando queixas e denúncias de abuso de poder ou de mau serviço por parte de funcionários ou instituições públicas.

“Promoveu a crítica contra as autoridades, particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade” (JORGE, 2008, p.329).

O jornal era organizado por intelectuais da área da medicina e literária, onde buscavam soluções, através de seus discursos, para crianças pobres e desvalidas do município, e denúncias eram frequentes em suas páginas, principalmente na coluna *Infância Desvalida*, que a partir do título 185, de agosto/1911, criticava a falta de ação do governo estadual (SALAZAR; MELO, 2018).

Reuniram-se hoje no escritório desta folha, conforme convite anteriormente feito, para tratar da fundação do Instituto de Proteção a Infância, muitos médicos e várias outras pessoas. Ficou resolvida a instalação solene do instituto no dia 20 deste mez, no orfanato Sta. Luzia com a prévia aquiescência do Dr. governador do Estado. Foram escolhidas várias comissões para a organização dos estatutos, propaganda pela imprensa (A PACOTILHA, 10 DE AGOSTO DE 1911).

As denúncias feitas no jornal eram voltadas para questão da mortalidade infantil, principalmente em relação às medidas sanitárias, alimentícias, havia um grande índice de mortalidade infantil no Rio de Janeiro, provocando a realidade maranhense.

É na classe pobre que o uzo das papas é mais espalhado; isso, talvez, devido a não poder a genitora amamentar o filho, ou pela sua miséria tiziológica, ou por ter de passar o dia lonje da criança, no afanoso labor quotidiando. É também essa classe a que fornece o maior contingente para elevar a cifra da mortalidade infantil, conforme demonstraram os drs. Azevedo Sodré e Moncorvo Filho. (A PACOTILHA, 23 DE AGOSTO DE 1911)

Verificaremos por um paciente trabalho do dr Moncorvo, filho, que, do ano de 1895 a 1905, foi esta a percentagem da mortalidade infantil, em relação á mortalidade geral, no Rio de Janeiro: 1895 – 32 % 1896 – 28,1 % 1897 – 33 % 1898 – 31 % 1899 – 36,4 % 1900 – 31,8 % 1901 – 33,5 % 1902 – 33,2 % 1903 – 42,4 % 1904 – 45,1 % 1905 – 46 % Por estes dados se conclue que é avultadíssima a cifra da letalidade infantil em relação á mortalidade geral. Esta estatística versou sobre crianças de 2 anos (A PACOTILHA, 5 DE SETEMBRO DE 1911)

Intitulado *Pelas Crianças*, o artigo de Cezário Arruda enfatiza a questão da alimentação das crianças e a necessidade de serviços relacionados à assistência e condições sanitárias na cidade. “A redação da Pacotilha era usada, nesse sentido, tanto para divulgar a causa das crianças pobres, sensibilizando a população ludovicense, mais especificamente, as famílias de elite, quanto servia como lócus de encontro do grupo que se lançou à concretização deste projeto de criação da instituição” (NASCIMENTO, 2007, p. 57).

Estiveram, pela manhã, na residência do nosso ilustre, amigo e inteligente industrial, Sr. José Gonçalves Pereira, os drs. Cezário Arruda e Tarquinio Filho que examinaram e medicaram convenientemente as criancinhas que aquelle generoso cavalheiro tomou sob sua proteção.[...] As receitas foram enviadas para a farmácia Fernando Pereira da Silva, que espontaneamente ofereceu os seus serviços gratuitos à assistência a infância. (A PACOTILHA, 16 DE AGOSTO DE 1911).

Observa-se que os empresários da época se envolviam nas questões de saúde da criança, principalmente no pagamento das despesas que eram geradas pós atendimento, assim como os proprietários dos cinemas da cidade que dedicavam uma sessão para as festas de caridade.

Os proprietários de cinema desta capital, num movimento espontâneo e generoso, acabam de oferecer à Assistência á infância, o concurso de suas empresas. Assim é que o Sr. Alfredo Nogueira, co-proprietário do Ideal, nos procurou hoje, no escritório desta folha, declarando oferecer, na próxima sexta-feira, uma sessão, em benefício do instituto. [...] Igual oferecimento foi feito pelos proprietários do Central. O cinema S. Luiz prometeu também, no iniciador de tão nobre cruzada, auxiliar a propaganda (A PACOTILHA, 14 DE AGOSTO DE 1911)

Membros das classes privilegiadas da cidade de São Luís participavam do movimento pela assistência e faziam parte da diretoria da instituição, entre os nobres, temos *Fran Paxeco*⁸, que escrevia e colaborava com as atividades de divulgação e coleta de recursos para a instituição.

[...] realizou-se hontem, [...] a sessão solene da fundação do Instituto da Assistência à Infância do Maranhão. Aberta a sessão, às 5 horas da tarde, usou da palavra o nosso companheiro Fran Paxeco, que propôs fosse aclamada a seguinte diretoria até a discussão e aprovação dos estatutos: - coronel Frederico Figueira, presidente; Domingos Barboza e Virgílio Domingues da Silva, primeiro e segundo vice-presidente; Astolfo Marques e Arthur Paraízo, 1º e 2º secretários; Manoel Joaquim do Nascimento Ferreira, tesoureiro; e Agostinho Reis, bibliotecário[...].(A PACOTILHA, 21 DE AGOSTO DE 1911)

Durante a reunião solene foi discutida os fins humanitários da instituição comparado ao modelo francês, alemão, inglês, português e norte-americano de assistência à infância, além das críticas às mães que “não trepidam em confiar seus filhinhos a nutrizes mercenárias” (A PACOTILHA, 21 DE AGOSTO DE 1911, p. 1). Ao final, Frederico Figueira estabeleceu sua fala “concitando os médicos locais e a população maranhense a secundar a bela obra da

⁸ Este português, que se encantou com o Maranhão e viveu a maior parte da sua vida no Brasil nesse Estado, trabalhava para o Governo Federal e assumiu muitas funções administrativas. Isso favorecia participar dos conselhos administrativos de instituições públicas e privadas.

assistência aos pequeninos dezaamparados[...] pedindo a todos os presentes a fineza de se inscrever como sócios fundadores do instituto[...] ao que acederam prontamente” (A PACOTILHA, 21 DE AGOSTO DE 1911, p. 1).

O Jornal seguiria até o título nº 223 de setembro/1911 com a coluna *Infância Desvalida*, com o objetivo de consolidar as políticas e práticas higienistas na educação e saúde das crianças pobres da cidade de São Luís.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos das instituições que se elevavam no Estado do Maranhão, na Primeira República, é possível compreender a formação de uma *nação para o povo*. Políticas públicas e iniciativas privadas acordavam as maneiras de conterem os desvios dos corpos que compunham aquela sociedade, ora vislumbrada pelas belezas naturais, ora atormentada pelas pessoas que vivem na cidade. Civilizar era preciso, na emergência da oferta de espaços educadores dos homens, desde a infância. Uma *Educação* que regenerasse os corpos em perigo, desvalidos, que não se adequavam às leis e posturas sociais. Eram imorais.

As crianças eram alvo do controle pela assistência científica, que metodologicamente, tentava reconstruir o sentimento civilizatório maranhense pela implementação de novas tecnologias para o tratamento da saúde infantil. Acreditava-se que, pela infância, seria possível formar uma nação ideal, livre dos excessos, condicionada aos ideais republicanos. Os meios de comunicação foram instrumentos de implementação e divulgação desse pensamento que consolidava às pressas o discurso científico, que estava respaldado numa elite que usurpava os recursos públicos.

O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, representou o pensamento da elite maranhense, que empreendia nas instituições de cunho filantrópico para polarizar ainda mais as diferenças entre as classes sociais. Os discursos e as parcerias com os meios de comunicação e políticos locais pretendiam incluir as práticas higienistas como alternativa para a moralização do povo, do trabalhador, dos seus filhos. As crianças, como alvo dos cuidados médicos e sanitários são também alvo de uma nova economia do corpo, docilizadas e silenciadas pelas próprias carências a que estavam expostas, tornavam-se também um acesso para a reforma de costumes das famílias em simultâneo, em que justificavam a intervenção do estado e da boa sociedade atuando por meio de um conjunto de instituições.

REFERÊNCIAS

- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- JORGE, Sebastião. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 – 1900)**. São Luis, MA: Lithograf, 2008.
- LIMA, Olavo Correia. História da Assistência à Infância no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**. Nº3. Ano XXVIII. Agosto de 1951.
- MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.
- NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **Pelas Crianças Desvalidas: o Instituto de Assistência à Infância do Maranhão nas primeiras décadas do século XX**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2007.
- RIZZINI, Irma. **História da Assistência no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.
- SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos; MELO, Salânia Maria Barbosa. Caminhos da Educação: Instituto de Assistência a Infância no Maranhão. **Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará**. V.1, 2018.

FONTES

- A PACOTILHA, 10 DE AGOSTO DE 1911
- A PACOTILHA, 14 DE AGOSTO DE 1911
- A PACOTILHA, 16 DE AGOSTO DE 1911
- A PACOTILHA, 21 DE AGOSTO DE 1911
- A PACOTILHA, 23 DE AGOSTO DE 1911
- A PACOTILHA, 5 DE SETEMBRO DE 1911

COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÃO DO CONGRESSO, DECRETOS E DECISÕES
DO ESTADO DO MARANHÃO, 1911.

RELATÓRIO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO MARANHÃO, 1911.